



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

Ata nº 04/2014

## **ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e catorze pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **4ª Sessão Extraordinária**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### **I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----**

### **II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

**PONTO 1 – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE ODIVELAS – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, PEÇAS DO PROCEDIMENTO E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO. -----**

**PONTO 2 – PROPOSTA DE EXTINÇÃO, POR ACORDO, DA CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDA SOBRE O “COMPLEXO DESPORTIVO DO PORTO PINHEIRO” A FAVOR DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL. -----**

**PONTO 3 – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO SUPLENTE DA “MUNICIPÁLIA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS, E.M.”. -----**

**PONTO 4 – DESIGNAÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAÇÃO NA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA. -----**

**PONTO 5 – PROPOSTA DE EXTINÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS NO ÂMBITO DOS CARGOS DIRIGENTES. -----**



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

**PONTO 6 – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS, PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, POR TEMPO INDETERMINADO, NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, PARA DIVERSAS ÁREAS DA CMO.**-----

**PONTO 7 – DISCUSSÃO SOBRE COMPETÊNCIAS E ELEIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA.**-----

**PONTO 8 – PROC.29896/OM – BAIRRO NOVO DO TRIGACHE – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O PAGAMENTO DAS TAXAS DEVIDAS PELA EMISSÃO DO ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 8/89 – LOTES 8, 10, 11, 13, 14, 25, 41, 45, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 69, 72, 73, 75, 77 E 80, EM NOME DE OLÍVIO SÃO PEDRO MENDES E OUTROS.**-----

**O Sr Presidente da Assembleia deu posse ao Sr. Deputado Municipal Florentino Manuel dos Santos Serranheira da bancada da CDU.**-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Tânia Beleza**, pelo Membro **Alcina Trindade**;-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **Pedro Caetano**;-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Afonso Simão**, pelo Membro **João António**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Lidia Mateus**, pelo Membro **José Rodrigues**-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **António Pedro**, pelo Membro **Cristina Azedo**-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Fernando Painho**, pelo Membro **Florentino Serranheira**-----

Distribuída a folha de presenças aos **Membros da Assembleia Municipal**, verificou-se a presença dos **37 Membros da Assembleia Municipal**.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, e 5 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores, Hugo Martins e Paulo César Teixeira, pela bancada do PS, Rui Francisco, pela bancada da CDU e Carlos Bodião e Sandra Pereira, pela bancada do PSD. -----

Havendo quórum, o **Sr Presidente** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

**PONTO 1 – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE ODIVELAS – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, PEÇAS DO PROCEDIMENTO E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO. -**

Presente para deliberação, a Proposta de Aquisição de Serviços de Manutenção de Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas – Abertura de Concurso Público Internacional, Peças do Procedimento e Constituição do Júri do Procedimento de acordo com a informação Interno/2014/1892, remetida pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 5ª Reunião Ordinária de 2014, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 12.03.2014, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O **Sr Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sra Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Senhora presidente. Como sabe, devido ao processo eleitoral e à tomada de posse dos órgãos, a Assembleia Municipal não acompanhou o processo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia e portanto não sabemos exatamente quais os critérios que conduziram aos cortes de verbas a atribuir.-----*

*Hoje, estamos a discutir e vamos votar este procedimento e verificamos que as verbas anuais a pagar pela estão na casa dos 450.000euros.-----*

*Verificamos igualmente que as verbas que foram retiradas às freguesias correspondem a um valor aproximado.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

A pergunta é a seguinte: - Este valor retirado às freguesias está de algum modo ligado ao lançamento deste concurso e aos encargos associados?."-----

João Curvêlo, pela bancada do BE; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*"Queria fazer um elogio à câmara municipal, na medida em que do ponto de vista ambiental o documento é bastante mais avançado do que outros que votámos aqui. Gostámos de ver, nomeadamente no ponto 4, na cláusula 27ª, a obrigatoriedade de o transporte de resíduos obedecer a normas, transporte e encaminhamento de lixo. É uma adequação das praticas das camara aquilo que são as normas do país e as diretivas europeias. Também na cláusula 31ª que estabelece o uso preferencial de fertilizações orgânicas e minerais, cremos que é um avanço em relação outros documentos, faltam referências do ponto de vista ambiental, à questão da proibição dos herbicidas, que as juntas de freguesia deste concelho utilizam, e que são proibidos por lei. Também em relação à separação de resíduos, mas seja como for é claramente um avanço do ponto de vista ambiental e ecológico em relação a outros documentos. -----*

*Há no entanto dois fatores que não podem deixar de ter a nossa consideração. -----*

*Em primeiro lugar, temos uma posição de princípio de fundo em relação a este documento, nós queremos que este tipo de recolha de resíduos pode ser feita pelas juntas de freguesia, portanto não entendemos a razão pela qual ela é transferida para a esfera privada, podendo ser feita na esfera pública.-----*

*Alias o Sr vereador Paulo Cesar Teixeira numa reunião com o BE, pedida pelo vereador o ano passado sobre o jardim do castelinho e sobre o skate parque de Odivelas, dizíamos que esta camara é tao diferente de todas as outras, fizemos uma intervenção de fundo apenas com recursos da camara (quer humanos quer financeiros), correu tudo bem, somos tão diferentes de todos os outros.-----*

*E aquilo que estamos a ver através deste documento é que essa intervenção de fundo feita apenas só com recursos da camara, serviu para seguir a entregar a gestão dessa intervenção de fundo, não aos recursos da camara, não aos recursos das freguesias, não a qualquer outro tipo de recursos públicos, mas sim ao privado.-----*

*E portanto este um três milhões de euros por um período de doze meses, que depois pode ser estendido por dois períodos iguais, portanto por mais dois anos, parece-nos excessivo, parece-nos um mau princípio.--*

*Há uma outra questão que se prende com cláusula 22ª, que é relativa ao pessoal, eu creio que é provavelmente o mais importante de todo este documento. Esta clausula tem duas alíneas, a primeira que diz que o contraente é obrigado a manter a ordem dos locais de trabalho, entendemos nós aqui que é obrigado a manter a disciplina; e a segunda que nos diz que o pessoal é obrigado apresentar-se devidamente fardado, ou seja, têm que ir limpos, fardados, tem que ser mantida a ordem no local de*



Assembleia Municipal de Odivelas

*trabalho, mas sobre as relações laborais, sobre os direitos de trabalho, sobre o contrato de trabalho não há nada a dizer.*-----

*Portanto, esta tendência que foi criada nas últimas décadas ao nível das autarquias locais, de passar para o privado sem qualquer tipo de responsabilização pelos direitos do trabalhador, nós não podemos logicamente acompanhá-la.*-----

*Esta questão da gestão de serviços, nomeadamente na recolha de lixo sabemos pela experiência de outras autarquias, tem sido uma fuga das autarquias para precarizar o trabalho. E portanto não havendo nenhuma referência, por parte da camara municipal sobre este assunto, cremos que continue essa estratégia de precarização de trabalho.*-----

*Portanto por estas duas razões, pelo princípio profundamente errado que nos parece ser, passar competências públicas para a esfera privada, e por causa das relações laborais e da precarização do trabalho, não podemos acompanhar esta proposta do PS."*-----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*"Os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal estão, naturalmente, de acordo com a declaração produzida pelos nossos camaradas vereadores, anexa à ata da reunião de câmara onde este assunto foi tratado, ou seja, na reunião de 12 de Março.*-----

*Nós também consideramos este assunto muito importante e de princípio, porque consideramos que a manutenção dos espaços verdes deve ser uma responsabilidade das freguesias porque estão mais próximas das populações e em melhor posição para assegurar, como sempre têm feito, a manutenção e preservação destes espaços públicos.*-----

*Bem sabemos as dificuldades que esta delegação tem trazido aos eleitos nas freguesias, desde logo, com o apertar do cerco às verbas necessárias para uma manutenção, que nós e população queremos de qualidade.*-----

*Mas conhecer essas dificuldades não é reconhecer que não querem estes eleitos nas freguesias prestar este serviço à população, querem e cumprem, tanto quanto sabemos, esta delegação constitui, quando bem executada a tarefa, focos de atenção dos seus residentes e áreas emblemáticas para o trabalho e dedicação dos eleitos que as tratam e que se orgulham de as publicitar.*-----

*Este concurso que agora nos é proposto, constitui mais um retrocesso na cooperação entre órgãos autárquicos, retrocesso que não desejamos. Mais, que criticamos porque não é esse o caminho que pretendemos percorrer, nomeadamente neste nosso concelho.*-----

*Criticamos este concurso e não nos revemos neste método de trabalho. Como não entendemos a forma de conduzir algumas destas situações, senão vejamos:*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Em 2012 foi avocado o jardim do Castelinho, ao que se dizia no despacho do vereador, então responsável pelas zonas verdes, a avocação seria pelo período de um ano para garantir a remodelação e maturação das espécies plantadas, agora aparece nesta listagem a concurso, será que foi a junta de freguesia que declinou esta responsabilidade? -----*

*Será que são as freguesias que não querem assumir estas responsabilidades? -----*

*Os será que a Câmara está a preparar-se para uma empreitada concelhia? -----*

*Pois, tudo é possível, mas não acreditem que os espaços verdes e a população do concelho vá ganhar com esta ideia, defendida por alguns, ideia que poderá estar bem refletida na base da composição do júri. Mas não ficamos por aqui, encontramos nesta proposta zonas verdes que fazem parte de uma PPP, a dos Apréstimos, mas será que é a Câmara quem vai de novo tratar os espaços concessionados?-----*

*Será que a empresa concessionária abandonou a sua responsabilidade?-----*

*Então, agora a população de Odivelas vai pagar duas vezes a manutenção do mesmo espaço?-----*

*É isto que a CDU não compreende!-----*

*É isto que a população vai ter que saber!-----*

*E é por isto que não aceitamos esta proposta que em nada favorece os interesses municipais e dos municípios.-----*

*Um bom trabalho da Câmara Municipal seria instruir os seus gabinetes técnicos na área do urbanismo para que as futuras urbanizações contemplassem jardins com espécies resistentes, nomeadamente, as árvores e os arbustos, evitando os pequenos canteiros com espécies sazonais que dão tanta despesa e são de difícil manutenção." -----*

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**; -----

**Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**; -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Nuno Gaudêncio**, pela bancada do **PS**; -----

**José Falcão**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"Continuamos na mesma, passaram mais quatro anos e continuamos a ouvir falar da incapacidade que a governação do PS tem para fazer as coisas. Esta é mais uma, e por isso passa para os privados.-----*

*Isto é escandaloso, estamos à espera de quê? Vamo-nos privatizar também? Já agora é o que falta!-----*

*A incompetência de organizar, tratar o que quer que seja, até de tratar dos jardins.-----*

*É assim que nós defendemos o serviço público? O estado social?-----*

*As coisas públicas são responsabilidade do público e não do privado. E é por isso que os nossos impostos vão para lá. É este o exemplo que PS dá na defesa do interesse público?-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Se são incompetentes e não são capazes, demitam-se!-----*  
*São incompetentes para tratar de assuntos jurídicos e por isso...as avenças. São incompetentes para*  
*construir e por isso uma PPP. São incompetentes para tratar dos jardins. São incompetentes também no*  
*Pomarinho, entre outras. -----*  
*É desta forma que se convencem as pessoas de que o serviço público, do qual o PS se diz defensor, é*  
*fundamental?-----*

**Edgar Valles, pela bancada do PS;** -----

**José Falcão, pela bancada do BE, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:** -----

*"Excecionalmente são meio milhão de avenças para o jurídico! Excecionalmente são dois milhões para um*  
*jardim que agora já dá musica, mas que infelizmente ninguém ouve porque nunca esta la ninguém.-----*  
*Excecionalmente são cento e sessenta mil euros por mês que estão a dar, ate ao ano dois mil e trinta e tal*  
*pela PPP.-----*  
*De facto, essas exceções só são excecionais porque não saem do seu bolso, (dos responsáveis da*  
*Câmara), porque as pessoas não são responsabilizadas pelos erros que cometem.-----*  
*O excecionalmente é o dinheiro que se perdeu, apesar de terem sido dadas provas que aquilo não ia*  
*funcionar, porque as pessoas não são responsabilizadas devidamente pelos erros que cometem. É pago*  
*pelo erário publico e as pessoas não se importam com isso. É isso que é exceção?"-----*

**António Ramos, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:**-----

*"Sr deputado José Falcão essa das incompetências já chega. O Sr está referir-se a uma coisa que não foi*  
*verdade, não foi dito dessa maneira. Quando não há razão para mais falam nas incompetências.-----*  
*Gostava de analisar este ponto sobre o ponto vista económico, falou-se já aqui no aspeto político e técnico.*  
*Eu fico pasmo quando dizem que é serviço público tratar das zonas verdes. Como quem diz o serviço social*  
*do Estado é mesma coisa que a limpeza das zonas verdes. Era o que faltava.-----*  
*Vamos ao aspeto económico.-----*  
*Parece que todos pensam que as juntas e as camaras estão a dar dinheiro, não é verdade.-----*  
*O concurso que temos estipula um valor máximo 1/50 por m2, a camara paga às juntas de freguesias trinta*  
*e dois euros por m2, senão me engano, e aí não está incluída a remoção dos resíduos porque se formos a*  
*considerar isso, o que as juntas de freguesia pagam com remoção pagam muito mais.-----*  
*Quem é paga a remoção? É a junta de freguesia. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Eu quando estava na junta de freguesia da Póvoa, recorremos a empresas privadas, e poupou-se muito dinheiro, e na altura alguém me disse vocês sigam o exemplo da junta de freguesia da Ramada, que é apontado como bom exemplo a tratar das zonas verdes, e a maior parte delas são tratadas por empresas privadas. E na junta freguesia da Póvoa Stº Adrião fizemos precisamente isso. E poupámos dinheiro.-----  
Tem que ser visto por este lado, tem que se poupar dinheiro.-----*

*Sr Presidente da Junta da União de Freguesias da Ramada/Caneças, não me diga que era por não puder admitir pessoal, porque não estamos a falar à três anos esta parte, porque efetivamente desde este período é que as autarquias têm que abater 2% no pessoal, há uns anos atras não era isso que se fazia.-----*

*Eu fazia-lhe uma pergunta: quanto é que a freguesia da Ramada paga por m2 às empresas privadas que tem, isso é o que me interessava saber.”-----*

**José Falcão**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção em defesa da honra, que seguidamente se transcreve: -----

*“Infelizmente Sr Deputado António Ramos, as coisas estão claríssimas, estão transcritas. Claro que eu não adivinho cada vez que te vais desmentir. O que tu disseste está clarinho: -----*

*(Assembleia Municipal de Odivelas, 19 de Abril. - António Ramos do PS, a propósito do campo de ténis do Pomarinho começa por afirmar que: “Não é função da Câmara gerir equipamentos desportivos”. Depois ainda acrescenta que: “As Autarquias não têm competência e que não quer ir à capacidade...” Diz ainda António Ramos do PS que: “A gestão pública já provou que não consegue fazer isso como deve ser (referindo-se a colocar os equipamentos públicos à disposição da população)”. Ver Odivelas.com.) -----*

*O contexto é exatamente este: incompetência.-----*

*A defesa da honra é porque o Sr deputado Antonio Ramos me chamou mentiroso. Quem aqui se desmente sistematicamente é o Sr deputado António Ramos. Foi um erro de linguagem? Equivocou-se? Sabe que nós nem sempre gostamos de dizer aquilo que realmente acontece. O Deputado Antonio Ramos fez isso, a Presidente Câmara Susana Amador fez isso, em vários outros contextos.-----*

*Ainda agora mesmo foi dito pela junta de freguesia, as pessoas sentem-se incapazes e incompetentes para tratar do serviço público. E dizem-no aqui.-----*

*O problema é de memória! Mas nós não temos memória curta.”-----*

**António Ramos**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Vou dizer-lhe o que eu disse aqui, há três/quatro anos.-----*





Assembleia Municipal de Odivelas

*A propósito da exploração dos campos de ténis, eu disse que câmara não era a entidade mais indicada para explorar os campos de ténis. E o Sr está a “agarrar” nisso, como agora o demonstrou para dizer que são todos incompetentes em tudo. Quando eu disse que a câmara não era a entidade mais competente para fazer a gestão dos campos de ténis.”-----*

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da CDU; -----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Sr deputado Edgar Valles só para lhe dizer que a câmara municipal de Salvaterra de Magos recorreu ao privado quando teve de recorrer, alias e por isso é a única camara municipal da região que não privatizou a água para não ter que voltar atras passado menos de um ano.-----*

*Queria apenas transformar a minha intervenção numa pergunta à Sra Presidente da Câmara, para lhe perguntar porque é que nas cinquenta e cinco cláusulas não há referência à garantia dos direitos laborais dos trabalhadores, para que não aconteça aquilo que aconteceu por exemplo nas AEC's da Ramada, em que a camara “chuta” para uma outra empresa, e a seguir diz que não tem nada a ver com isso.”-----*

**José Maria Pignateli**, pela bancada do **CDS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----

**Edgar Valles**, pela bancada do **PS**; -----

Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Nuno Gaudêncio**, pela bancada do **PS**;-----

**O Sr Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sra Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos contra das bancadas da **CDU e BE** e a favor das bancadas do **PS, PSD e CDS** -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal **João Curvêlo e José Maria Pignateli**, das bancadas do **BE e CDS**, respetivamente, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem: -----

**João Curvelo**-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*"Hoje queremos fazer um elogio à Câmara porque do ponto de vista ambiental, o documento é bastante mais avançado do que outros que já votámos aqui, gostámos de ver nomeadamente no ponto quatro da cláusula vigésima sétima, a obrigatoriedade do transporte de resíduos obedecer a normas de transporte e encaminhamento de lixo é uma adequação das práticas da Câmara nomeadamente das práticas que vêm a esta Assembleia Municipal em documentos daquilo que são as diretivas europeias e normas do País.-----*

*Na cláusula, trigésima primeira, que estabelece o uso preferencial de fertilizações orgânicas e minerais, cremos que é um avanço em relação a outros documentos, faltam referências do ponto de vista ambiental, em relação a herbicidas, nomeadamente herbicidas que muitas juntas de freguesia utilizam e que são proibidos por lei, também em relação à separação de resíduos, é um avanço do ponto de vista ambiental e ecológico em relação a outros documentos.-----*

*Há no entanto dois fatores que não podem deixar de merecer a nossa consideração:-----*

*- Em primeiro lugar temos uma oposição de fundo relativamente a este documento, nós cremos que este tipo de recolha de resíduos pode ser feita pelas juntas de freguesia e não entendemos porque são transferidos para a esfera privada podendo ser feita na esfera pública.-----*

*Aliás, o Vereador Paulo César Teixeira numa reunião com o BE, pedida pelo Vereador o ano passado, sobre o Jardim do Castelinho e sobre o skate Parque de Odivelas, dizia-nos esta Câmara é tão diferente de todas as outras fizemos uma intervenção de fundo apenas com recursos da Câmara, recursos humanos da Câmara e recursos financeiros da Câmara, portanto correu tudo muito bem e somos muito diferentes dos outros, mas o que vemos por este documento é que essa intervenção de fundo apenas com recursos de Câmara serviu para depois entregar a gestão dessa intervenção de fundo não aos recursos da Câmara, não aos recursos das juntas de freguesia, não a qualquer outro tipo de recursos públicos mas sim ao privado e este um virgula três milhões de euros por um período de doze meses que depois pode ser estendido por dois períodos iguais, portanto por mais dois anos, parece-nos excessivo e um mau princípio.-----*

*- Há uma outra questão que se prende com a cláusula vigésima segunda, que é relativa ao pessoal que eu creio que provavelmente é o mais importante de todo este documento, esta cláusula tem duas alíneas, a primeira em que nos diz que o contratante é obrigado a manter a ordem nos locais de trabalho, entendemos nós aqui, que é obrigado a manter a disciplina e a segunda que nos diz que o pessoal tem que se apresentar devidamente fardado, ou seja têm que ir limpos, tem que ser mantida a ordem no local de trabalho, mas sobre as relações laborais, sobre os direitos de trabalho, sobre contratos de trabalho não há nada a dizer, esta tendência que foi criada nas últimas décadas ao nível das autarquias locais de passar para o privado, sem qualquer tipo de responsabilização pelos direitos de trabalho, nós não podemos logicamente apoiá-la, esta questão da prestação de serviços nomeadamente em relação à recolha do lixo, sabemos pela experiência de outras autarquias, tem sido uma fuga das autarquias para precarizar o trabalho e não havendo nenhuma referência por parte da Câmara Municipal sobre esse assunto cremos que continue essa estratégia de precarização de trabalho e assim por estas duas razões, em primeiro lugar pelo*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

*princípio profundamente errado que nos parece ser passar competências públicas para a esfera privada, e por causa das relações laborais e precarização do trabalho, não podemos acompanhar esta proposta do PS."*-----

**José Maria Pignateli**-----

*"Não venho criticar os Srs. Deputados Municipais, mas penso que estamos aqui a fazer uma certa confusão, misturamos PPP, os jardins, os campos de ténis, etc., mas penso que temos de separar as águas, o que está aqui em causa e penso que não estou enganado é que a Câmara Municipal neste concurso os valores que nós estamos aqui a discutir são valores de um euro e dez cêntimos o metro quadrado que se traduz em menos vinte e dois cêntimos por metro quadrado, relativamente áquilo que a Câmara paga às juntas de freguesia, presumo que estas contas não estão erradas, assim sendo, numa ótica economicista é preciso ver o caderno de encargos e o que me parece é que com este valor consubstancia outro tipo de atividades que normalmente não é feito pelas juntas, agora a grande questão é saber se as juntas não tem realmente capacidade para o fazer e questionar os presidentes de junta porque não têm capacidade para o fazer e perguntar à Câmara porque tem de ser assim, temos duas questões completamente distintas e em termos orçamentais isto não é complicado de perceber, o que está em causa é saber se há algum cruzamento ou não entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesias, para perceber de uma vez por todas o que é que a junta é capaz de fazer e o que não é capaz para não haver uma sobreposição de trabalhos e já agora que falamos em empresas privadas, uma empresa privada é a mesma e tem contrato com a junta de Odivelas e com a Câmara de Odivelas e esta empresa, atuava em duplicado na mesma zona na cidade de Odivelas, só que num dia estavam ao serviço da Câmara no outro dia estava ao serviço da Junta de freguesia, o que penso que vale a pena discutir aqui é uma questão de organização entre a Câmara Municipal e a Juntas de Freguesia, estamos na hora de relativizar pequenas questões e pedir um mapa com as áreas definidas de quem trata o quê, para ficarmos todos a saber."*-----

**Pelas 15h35m,** os trabalhos foram interrompidos. -----

**Pelas 16h00m,** os trabalhos foram retomados. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials)*

*(Handwritten initials)*

**PONTO 2 – PROPOSTA DE EXTINÇÃO, POR ACORDO, DA CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDA SOBRE O “COMPLEXO DESPORTIVO DO PORTO PINHEIRO” A FAVOR DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL.**

Presente para deliberação, a Proposta de Extinção, por Acordo, da Cedência em Direito de Superfície Constituída sobre o “Complexo Desportivo do Porto Pinheiro” a favor do Sporting Clube de Portugal” acordo com a informação Interno/2014/1287, remetida pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 4ª Reunião Ordinária de 2014, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 26.02.2014, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.

O Sr Presidente da Assembleia deu a palavra à Sra Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

**José Carlos Pires**, pela bancada da CDU,

**José Falcão**, pela bancada do BE, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“A propósito das dividas do Sporting, a 30 de abril de 2013, pedimos informação sobre quais e quantos os meses em que o clube não pagou a mensalidade, e se esta falta de pagamento entra na cláusula 9ª.----- Qual a atualização em 2013? -----*

*Referente à cláusula 6º, gostaríamos de ser informados sobre os montantes recebidos e quais é que estão em falta, após assinatura protocolo. Concretizando: publicidade, receitas televisas, juros de mora, entre outros. Este pedido de informação foi feito em abril e a resposta veio em dezembro de 2013, se calhar estavam a pensar que não lamos ser eleitos.-----*

*E essa resposta diz: “...junto se remete cópia do acordo revogado para atualização dos espaços de multiusos em Odivelas, celebrado entre a Municpália e o Sporting de Portugal.” Onde não vem absolutamente nada do que nós perguntámos.-----*

*No relatório do direito de oposição vai aparecer resposta ao requerimento que o BE apresentou, mas na prática não responderam nada. Isto é um exemplo do que tem sido feito quando temos a sorte de ter uma resposta de quatro linhas aos requerimentos.-----*

*Qualquer “gato pingado” deste país que lesse os jornais perceberia o que se estava a passar no Sporting. Aliás, no verão de 2012, o jornal a Bola dizia que o Benfica e o Sporting vão estar juntos no mesmo sitio a*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*conviver. Se algum município não tinha o direito de dizer que não sabia da situação do Sporting... era este! Município que tinha como-deputado municipal (abandonou um bocadinho antes era vice presidente para as modalidades amadoras) Ricardo Tomás, e que tinha como Vice Presidente um membro do conselho leonino, Mário Máximo.*-----

*Por isso é que dizemos que gostávamos que houvesse apuramento de responsabilidades.*-----

*Diz aqui no protocolo que ninguém vai pedir dinheiro a ninguém, portanto não vai haver "problema nenhum"....*-----

*Mas há aqui uma perola bastante interessante que é o seguinte: 11ª com a restituição dos imóveis cedidos serão entregues todas as benfeitorias que neles tenham sido realizadas sem que o superficiário possa reclamar qualquer indemnização ou direito.*-----

*O que eu gostava de saber era as malfeitorias quem é as paga?*-----

*Não se trata de haver reservas mentais. Há reservas práticas! Reservas físicas muito concretas, e provas da incompetência do Sporting para fazer isso.*-----

*Estas questões são políticas! Não há boa nem de má fé! Existem responsabilidades políticas ou não? E, desculpem, mas este executivo foi completamente irresponsável ao aceitar este acordo. Todos sabiam o que ia acontecer, a CDU e o BE não tinham nenhuma varinha mágica nessa altura. As coisas eram óbvias.--*

*Agora não se façam "virgens públicas".*-----

*Quanto mais não fosse, ouvissem as outras bancadas.*-----

*Mas apenas estão aqui apenas para levantar o braço.*-----

*Esta câmara teve "boa fé"!* -----

*Acreditou no Sporting. Andou a "correr" com o Odivelas Futebol Clube, e é bom que não se esqueçam do que fizeram a este clube."*-----

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**; -----

**João António**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção em defesa da honra que seguidamente se transcreve: -----

*"Pedi defesa da honra porque repudio veemente a afirmação feita pelo Sr Deputado Jose Falcão, votam utilizando agora uma expressão minha: "como carneiros" todo o que a câmara aqui apresenta ao levantarmos o braço no ar, sem termos dos documentos que aqui estão em análise e apreciação. Repudio essa afirmação, e em meu nome pessoal afirmo que não o faço nessas condições."*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

**José Falcão**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção em defesa da honra, que seguidamente se transcreve:-----

*"Eu não sei quais são as definições da Sra Deputada Municipal Eduarda Barros. são ou não responsáveis? Ou ser não responsável, não significa irresponsável? Portanto são "não irresponsáveis". Eu percebo que o Deputado Municipal João António se sinta carneiro ... mas não fui eu que o chamei assim ...foi ele próprio!"*

**Miguel Ramos**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



*"Há que pensar no futuro, vocês sabem qual é a aversão que tenho ao Sporting, quando votei esta questão também pensei em algumas coisas. Mas há uma coisa que tenho que vos dizer Srs Deputados José Carlos Pires e José Falcão, não sou bruxo, não tenho uma bola de cristal, e por isso acho uma falta de respeito aquilo que vocês aqui disseram, para uma instituição que é o Sporting Clube de Portugal, ao assumirem que fez um protocolo com a Câmara Municipal de Odivelas que sabia inicialmente que não iriam cumprir.----- Penso que no espírito dos dirigentes do Sporting, e falo completamente à vontade porque vos digo claramente que sou socio e acionista do Futebol Clube do Porto, ou seja para mim o Sporting podia até descer de divisão. Agora considero que aquilo que vocês vieram aqui dizer politicamente não se diz.----- Porque dizer que o Sporting fez um acordo e que tinha como objetivo não o cumprir, deixa-me dizer-vos que não se diz. Penso que o Sporting Clube de Portugal como qualquer outra instituição merece o nosso respeito, e considero que devemos parar e desmistificar aqui algumas coisas que foram ditas.----- Em primeiro lugar a Câmara nada teve a ver com a situação do Odivelas Futebol Clube, dos dados que disponho, a não ser que vocês queiram o que existia antigamente, que era clubes que só viviam dos subsídios, e eu falo porque sou dirigente de um clube. Esta é uma realidade que nós temos que acabar.----- Nós temos que definir que município é que queremos, estamos perfeitamente de acordo, mas vir aqui mandar areia para os olhos dos presentes não faz sentido. Eu passei no terreno e tirei fotografias, os terrenos estão limpos. -----*

*Eu até trouxe a declaração de voto dos Srs Vereadores do PS apresentada na reunião de camara, realizada no dia 26 de fevereiro de 2014, que concordo plenamente, diz o seguinte: "O complexo desportivo do Porto Pinheiro tem um potencial inegável para a pratica desportiva, e a Câmara Municipal de Odivelas, irá estudar soluções alternativas que a sua recuperação, utilização e usufruto pelos nossos municípios". Srª Presidente que lhe faço é exatamente este.-----*

*Não podemos passar a vida inteira a "chorar" os erros que cometemos, porque na vida política há coisas que fazemos muito bem, e há coisas que fazemos menos bem, e há às vezes o desconhecimento de decisões irresponsáveis que podemos eventualmente cometer.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

(h)   


*A não ser que o Sr Deputado queira que se transforme aquela luminária que lá está num pedestal e se coloque um deputado do BE, porque parece que vocês vêm aqui dizer que são uns santos.-----*

*Presumo que o sejam por uma questão, tirando a câmara municipal de Salvaterra de Magos, a vossa experiência de cometer erros ou não em autarquias é diminuta, ao PCP ou CDU até reconheço que a experiência possa ser maior. Agora estarem aqui com tanta pureza só se for pela pouca ou nenhuma prática que têm do exercício do poder em câmaras municipais.-----*

*Mas aquilo que é importante e foi o motivo da minha intervenção, é mais uma vez a intervenção da CDU e este tipo de comunicados. Aliás vou cometer uma inconfidência, o Sr Presidente Ilídio Ferreira, estava a dizer-me que não tinha conhecimento desta informação à população. Algum iluminado teve essa ideia, mas eu gostava de ler algo que aqui vem escrito. Na altura a CDU concordou no pressuposto que a câmara ali desenvolvesse um projeto lúdico desportivo, de usufruto não só dos moradores da urbanização mas de toda a população da cidade. E eu acho que é neste caminho que temos que ir, e o que a Srª Presidente da Câmara aqui afirmou é de facto a solução.-----*

*Faria um reparo, se a Srª Presidente me permitisse que quem quisesse dar ideias para esta nova solução. Este é que é o verdadeiro exercício da democracia. Sem nenhum pejo e receio que nos possa fazer cometer as tais irresponsabilidades que aqui fomos "acusados".-----*

*Não olhem para o PS como estão olhar, porque estão redondamente enganados, contem connosco para apoiar as boas ideias, mas permitam-nos e não nos venham dar lições de moral porque de algumas pessoas nós dispensamos."-----*

**José Falcão**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção em defesa da honra, que seguidamente se transcreve: -----

*"Não sabem o que faço ou deixei de fazer! Eu falei concretamente sobre o que se falou aqui, e não faço juízos de valor, se construímos ou deixámos de construir, porque senão tinha que explicar o que foi a minha vida desportiva, de dirigente desportivo, de clubes de bairro onde as pessoas construíam as sedes dos clubes com as suas próprias mãos. Quando falas em relação a mim, primeiro tens que saber o que é que aconteceu, eu não faço reparos pessoais, faço reparos políticos. E a irresponsabilidade foi da bancada do PS, porque votou de braço no ar, uma coisa que todos sabiam! Sejam ou não carneiros. Isso saberá o Sr Deputado João Antonio."-----*

**José Maria Pignateli**, pela bancada do **CDS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

Pelas 16h35m registou-se a saída da Sra Presidente da Câmara, Susana Amador, tendo ocupado o seu lugar o Sr. Vice- Presidente da Câmara Hugo Martins; -----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, pela bancada da CDU; -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"Salvo melhor opinião penso que deveríamos centrar o debate naquilo que se vai hoje votar e não em questões que têm a ver com o aluguer do Pavilhão Multiusos.-----*

*Sem estar sequer a tentar orientar a forma de apresentar os assuntos penso que poderia ser evitado estar a mencionar pessoas que não estando hoje presentes não se podem defender, estou muito concretamente a referir-me ao Dr. Mário Máximo e ao Dr. Ricardo Tomás, mas como já disse, dependerá do critério de cada grupo.-----*

*Como sabem há cerca de um ano quando da discussão do ponto nesta assembleia e logo a seguir na declaração de voto tive o cuidado de mencionar que se fossem cumpridas todas as cláusulas do contrato isso seria um negócio razoável e aceitável para Odivelas.-----*

*Infelizmente isso não aconteceu."-----*

Edgar Valles, pela bancada do PS; -----

José Maria Pignateli, pela bancada do CDS, apresentou um requerimento que seguidamente se transcreve:-----

*"Tendo presente quer o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais - atendendo à extinção, por acordo, da Cedência do Direito de Superfície constituída sobre o Complexo Desportivo do Porto Pinheiro - serve o presente para suscitar a V. Exa., Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, que me sejam respondidas as seguintes questões:-----*

*Descrição parcelar e valores totais dos custos que honoraram os Serviços Municipais de Odivelas, resultantes da realização de um Projeto para o "Complexo Desportivo do Porto Pinheiro", aprovado em reunião do Executivo camarário, no Mandato 2009-2013, que seria a proposta a apresentar ao Sporting Clube de Portugal, com o objetivo de ser edificado no espaço acima indicado?-----*

*Qual é a conceção de(dos) equipamento(s) público(s) que a Câmara Municipal preconiza para o espaço ou se mantém o mesmo projeto já aprovado pela Câmara Municipal.-----*





Assembleia Municipal de Odivelas

*Mais suscito ao Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal que me seja clarificado:-----*  
*O eventual calendário de iniciativas da Câmara Municipal que serão desenvolvidas para que seja ultrapassado o impasse e se encontre uma resolução para o espaço designado por 'Complexo Desportivo do Porto Pinheiro?'.*-----

**José Falcão**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"Tenho muita pena que as pessoas não estejam aqui mas as coisas têm nomes, não vou dizer que foste tu que fizeste uma coisa quando, foi outra pessoa do PSD. Aliás, nesta situação, não foram só os partidos foram também pessoas que o fizeram: Sr Mário Máximo e Ricardo Tomás. Foram "entidades" concretas e não uma "entidade" abstrata que tem nome. Não estou inventar nada. As políticas têm nomes, responsáveis."*-----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**; apresentou dois pontos de Ordem à Mesa, que seguidamente se transcreve:-----

*"Gostaria de fazer dois pontos de ordem: primeiro saber se o Sr Presidente já sabe dizer alguma coisa sobre o outro equipamento da Assembleia em vez deste acrílico. Porque este é extremamente desconfortável.*-----

*O outro ponto de ordem, em relação à saída da Srª Presidente da Câmara saber se ela vai voltar ou se já proferiu despacho de substituição no Sr Vice Presidente, porque eu não me queria pronunciar em quem não esta presente."*-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, Miguel Cabrita; -----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**; -----

**Miguel Ramos**, pela bancada do **PS**; -----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**; -----

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----

**António Ramos**, pela bancada do **PS**, -----

**O Sr Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade.** -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal **José Maria Pignateli, José Carlos Pires, José Falcão e Eduarda Barros**, das bancadas do **CDS, CDU, BE e PS**, respetivamente, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem:-----

**José Maria Pignateli** -----

*"Votei este ponto favoravelmente - aliás votação que já peca por tardia - porque não se encontra outra solução que não a Extinção, por Acordo, da Cedência em Direito de Superfície Constituída sobre o "Complexo Desportivo do Porto Pinheiro" a favor do Sporting Clube de Portugal.-----*

*Este desfecho era o que se esperava desde o início do processo. Sabia-se das enormes dificuldades do Sporting Clube de Portugal à data da iniciativa em fazer o acordo que pressupunha um investimento de cerca de 4,7 milhões de euros.-----*

*Mais: Então, a direção do clube - o Sporting, entenda-se - estava moribunda. Nesta sala, em reunião do Executivo camarário, no mandato anterior (de 2009-2013), foram os senhores Vereadores Independentes, Paulo Aido e Hernâni Carvalho, primeiro, e o Vereador da CDU, depois, na pessoa do Dr. Rui Francisco, que alertaram para o facto.-----*

*Foi um esforço em vão. Não lhes assistiu razão: A Câmara Municipal de Odivelas insistiu e apresentou um projeto arquitetónico, incluindo já alguns cálculos de betão, que incluía um campo de futebol com mais de 3000 lugares, um centro de alto rendimento e de estágio. -----*

*E o Executivo de então, também presidido por Susana Amador, do Partido Socialista, foi mais longe: Esse projeto, consubstanciou a demolição do Estádio Arnaldo Dias depois de um processo de insolvência do Odivelas Futebol Clube, em todo muito mal esclarecido.-----*

*Agora o que temos à entrada do ex-libris da cidade, a urbanização das Colinas do Cruzeiro?-----*

*Temos um terreno baldio abandonado e com futuro incerto: São cerca de 54.000 metros quadrados de um terreno que deveria ter 99.000 metros quadrados que era a área exclusiva para equipamentos públicos inscrita à data do loteamento.-----*

*É ainda importante que se afirme, perante a crise que persiste no País, que o futuro do espaço é incerto seguramente, sobretudo por depender de grandes investimentos e de uma decisão política que insiste em projetos megalómanos. Disse."-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

**José Carlos Pires** -----

*“Desde o primeiro momento, ou seja, desde 2012, quando foi deliberado nesta assembleia a proposta de cedência, em direito de superfície, ao SCP dos terrenos correspondentes ao Complexo Desportivo do Porto Pinheiro que manifestámos as nossas mais profundas reservas. -----*

*Assim como lamentámos e continuamos a lamentar não ter sido possível encontrar, no quadro das estruturas associativas deste concelho, uma solução e/ou projeto viável que possibilitasse a recuperação do espaço, rentabilização e exploração de todo o complexo. -----*

*Continuamos convictos que se tivesse havido mais empenhamento da maioria que gere município poderiam ter surgido outras propostas, decorrentes de outra e melhor análise e reflexão, mais ampla e plural, desta complexa situação, o que seria certamente positivo, no sentido da melhor defesa do interesse público concelhio e logo da população. -----*

*A nossa posição crítica relativamente à condução de todo este processo é conhecida e infelizmente chegados hoje aqui confirmam-se todas as razões da nossa crítica e da nossa apreensão. Infelizmente tínhamos razão. -----*

*Esta foi uma história com um final muito infeliz, que não vale a pena voltar a contar. Só dizer que os eleitos da CDU lamentam profundamente que se tenha chegado onde chegou, e que pelos vistos foi ao ponto zero. Lamentamos também que no caminho se tenham ignorado os interesses deste concelho e deixado sucumbir um clube emblemático da cidade e do concelho. -----*

*Em concreto, quanto à proposta de extinção da cedência dos terrenos que foi constituída a favor do SCP, face às circunstâncias em que nos encontramos obviamente que estamos de acordo e em nossa opinião só peca por tardia. No entanto, para nós, a questão principal continua sem resposta. -----*

*Que destino vai ser dado àquele espaço? -----*

*Qual é o projeto prevê implementar? -----*

*Sobre isso pouco ou nada se sabe. Soube-se há dias que a Câmara procura um investidor, mas que investidor? Apesar de considerarmos urgente intervir e dar o uso adequado àqueles espaços, que têm uma localização de excelência e que devem ser alocados ao uso e fruição da população deste concelho. -----*

*Não tendo o SCP concretizado nada do que foi projetado destruiu contudo algumas infraestruturas e atividades preexistentes. -----*

*Do restaurante e do ginásio nada ficou. Apenas restam entulho e materiais resultantes das demolições. Vai ser mais uma vez a população de Odivelas a suportar os custos das opções erradas desta maioria? -----*

*Continuaremos particularmente atentos a este processo. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Apesar de todas estas interrogações naturalmente que qualquer solução futura passa pela reversão dos terrenos para a esfera municipal, pelo que, em coerência com as posições que assumimos no passado, agora só podemos votar a favor.”* -----

**José Falcão**-----

*“Evidentemente que só podia ter votado a favor pelo fim deste protocolo. Mas há uma coisa que nos preocupa, que esta Câmara nos queira amarrar! Não sei se vocês viram bem, se leram bem a cláusula 2 – Confidencialidade! -----*

*Gostava de perceber isto, porque também isto é preocupante. Os outorgantes obrigam-se a manter total e absoluto sigilo, no que diz respeito aos factos relativos à relação finda, etc, etc, etc... Tem 5 Pontos, um quarto deste documento é sobre a confidencialidade. O que é que isto quer dizer? Francamente. Como é que é possível nós não podermos falar sobre isto? O que é isto? -----*

*Portanto, nós apesar de votarmos a favor gostávamos de perceber, que alguém nos explique o que é que isto quer dizer.”* -----

**Eduarda Barros**-----

*“Para informar que a abancada do PS naturalmente irá votar a favor deste ponto. Para informar também o nosso contentamento de estarmos no meio de pessoas tão sábias, que sabem, antes de saberem, o que vai acontecer. Para relembrar, que há um ano, quando nós aqui discutimos isto, creio que a discussão foi sempre posta na questão de a Câmara ir fazer um acordo, com a questão da parceria público-privada. Porque isto é como todas as “coisas”, não é? É um bocado como os filhos. Os nossos são bons, os outros são maus. Portanto, as parcerias público-privadas no Seixal são boas, aqui são más. E pronto, a gente tem que admitir isso. É um bocado como os filhos. Dizer que o Sporting afirmar que o Sporting teve o proveito sem gastar um tostão, não é verdade. O Sporting embora atrasado vai gastar uma renda. -----*

*Congratular a CDU e o BE, porque há um ano já sabiam que a Direção do Sporting ia cair, e portanto, todos estes acordos, iam para trás. A Câmara de facto não sabia. E agora o que pretende é de facto corrigir esta coisa, que não correu bem. Nós reconhecemos isso, e por isso estamos aqui para resolver. E portanto, ainda bem que a CDU está de acordo connosco. -----*

*Senhora Deputada Lúcia Lemos estou muito preocupada com as suas preocupações sobre o púlpito. Logo a Bancada da CDU!, Está preocupada com o púlpito? Será que também quer atirar este ao chão? Este parte menos.”* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials)*

*(Handwritten signature)*

**PONTO 3 – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO SUPLENTE DA “MUNICIPÁLIA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS, E.M.”.** -----

Presente para deliberação, a Designação do Fiscal Único Suplente da “Municipália – Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, E.M.”, de acordo com a Proposta nº02/PRES/2014, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 1ª Reunião Ordinária de 2014, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 15.01.2014, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O Sr Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice-Presidente da Câmara Municipal para apresentação do referido ponto. -----

Não se registando nenhuma intervenção o Sr. Presidente da Assembleia, passou de imediato à votação por escrutínio secreto, tendo obtido os seguintes votos. -----

O Deputado Municipal Joaquim Campos informou a mesa que não procederá à votação por ser funcionário da Instituição. -----

25- votos favoráveis -----

1 – nulos -----

6 – brancos -----

3 – contra -----

**PONTO 4 – DESIGNAÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAÇÃO NA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA.** -----

Presente para deliberação, Designação de Presidente de Junta de Freguesia para representação na Comissão Municipal de Defesa da Floresta”, de acordo com o ofício nº483/2014, remetido pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e que se dá como reproduzido na pasta da presente reunião. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials)*

*(Handwritten initials)*

O Sr Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice-Presidente da Câmara Municipal para apresentação do referido ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**Susana Santos, pela bancada do PS, foi apresentada uma proposta A:** -----

Presidente da União de Freguesias de Pontinha/Famões, **Corália Rodrigues**, pela bancada do PS -----

**Miguel Ramos, pela bancada do PS, apresentou a proposta B:** -----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da CDU; -----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da CDU; -----

**José Maria Pignateli**, pela bancada do CDS; -----

**Luis Salmonete**, pela bancada do PSD; -----

**Miguel Ramos**, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção em defesa da honra, que seguidamente se transcreve:-----

*"Eu penso que esta representação sempre coube ao Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, não sei qual é a razão pela qual o Sr Presidente da União das Freguesias da Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, não se propõe, como já vi tanta disponibilidade dele no passado para o fazer. Eu acho que fazia sentido, e peço desculpa à minha camarada Corália Rodrigues, não é nada contra ela, mas há pouco o Presidente Ilídio dizia, eu sou saloio, ou seja e acho que devia haver aqui respeito, no mínimo naquilo que são as tradições, e sempre foi tradição que esta representação pelo Sr Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, que agora não existindo com muita pena minha a junta de freguesia de Caneças, que fosse o Presidente que tem essa área territorial, neste caso o Presidente Ilídio Ferreira. E lançava-lhe esse desafio. -----*

*Alias até porque hoje tem havido algumas piadas em surdina em relação à "carneirada" como vê não há "carneirada", há aqui pessoas que pensam, e gostava muito manter tradição. -----*

*Não há aqui nada escondido, alias pedi desculpa à Srª Presidente Corália Rodrigues porque tenho uma opinião diferente da bancada, e acho que seria importante manter essa tradição, tenho muita pena que o Presidente Armindo Fernandes já não o possa ser, mas não me choca rigorosamente nada e que se mantenha a tradição, que seja eleito e apresentada a proposta com nome Ilídio Ferreira."-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"A proposta do senhor deputado Miguel Ramos para que fosse indicado o senhor presidente da União de Freguesias Ramada-Caneças só pode ter sido feita como provocação ou por falta de conhecimento daquilo que se passou.-----*

*De facto tem sido tradição que o presidente para esta comissão seja o presidente da junta de freguesia de Caneças e assim em reunião de comissão permanente o senhor presidente da assembleia municipal colocou esta questão ao senhor líder de bancada da CDU.-----*

*Como todos sabemos a CDU não se mostrou interessada em manter o representante e por isso é que eu digo que o senhor deputado Miguel Ramos devendo ter conhecimento deste facto ao fazer o convite ao senhor presidente Ilídio Ferreira estaria com certeza a fazer uma provocação. Só assim se entende este convite, ou então há falta de organização estre a bancada do PS mas isso não é um problema nosso.-----  
Nesta votação, se o candidato fosse o Ilídio Ferreira não havia dúvida em quem é que votaríamos."-----*

Presidente da União de Freguesias de Pontinha/Famões, **Corália Rodrigues**, pela bancada do **PS** -----

**Proposta A:** -----

**28 -votos favoráveis** -----

**1 – voto nulo** -----

**8 – votos Brancos** -----

**Assim ficou designado para representação na Comissão Municipal de Defesa da Floresta, a Sr. Presidente da União de Freguesias de Pontinha/Famões, Corália Rodrigues**, pela bancada do **PS**. -----

## **PONTO 5 – PROPOSTA DE EXTINÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS NO ÂMBITO DOS CARGOS DIRIGENTES.** -----

Presente para deliberação, a Proposta de Extinção e Abertura de Procedimentos Concurrais no Âmbito dos Cargos Dirigentes, de acordo com a Informação nº2014/2162, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 5ª Reunião Ordinária de 2014, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 12.03.2014, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials)*

*(Handwritten initials)*

O Sr Presidente da Assembleia deu a palavra à Sra Presidente da Câmara Municipal para apresentação do referido ponto. -----

Não se registando nenhuma intervenção o Sr. Presidente da Assembleia, passou de imediato à votação do referido Ponto. -----

O Sr Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do **PS e PSD**, e com as abstenções das bancadas do **BE, CDS e CDU**.-----

**PONTO 6 – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS, PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, POR TEMPO INDETERMINADO, NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, PARA DIVERSAS ÁREAS DA CMO.** -----

Presente para deliberação, a Proposta de Abertura de Procedimentos Concurrais Comuns, para ocupação de postos de trabalho, por tempo indeterminado, na categoria de assistente operacional, para diversas áreas da CMO, de acordo com a Informação nº2014/2486, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Ordinária de 2014, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 17.03.2014, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O Sr Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto -----

Não se registando nenhuma intervenção o Sr. Presidente da Assembleia, passou de imediato à votação do referido Ponto.-----

O Sr Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

**PONTO 7 – DISCUSSÃO SOBRE COMPETÊNCIAS E ELEIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA.**-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

Pela Bancada do BE foi apresentada uma **Moção (Doc. nº 1)** sobre “o Novo Regime Jurídico da Área Metropolitana”, que seguidamente se transcreve:-----

“Considerando que:-----

1. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos (artigo 235.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa).-----
2. A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável (artigo 239.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa).-----
3. A assembleia é eleita por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos recenseados na área da respetiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional (artigo 239.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa).-----
4. O órgão executivo colegial é constituído por um número adequado de membros, sendo designado presidente o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, de acordo com a solução adotada na lei, a qual regulará também o processo eleitoral, os requisitos da sua constituição e destituição e o seu funcionamento (artigo 239.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa).-----
5. Conforme se conclui do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 296/2013, as Áreas Metropolitanas são verdadeiras autarquias locais: “Quando não equipara o regime destas novas entidades intermunicipais diretamente ao regime jurídico estabelecido para as autarquias locais, o legislador equipara-o ao de outras formas de organização territorial autárquica, como acontece ao nível orgânico, com a definição dos respetivos órgãos e regime por remissão expressa e quase integral para a estrutura orgânica das áreas metropolitanas.”-----
6. O regime jurídico das Áreas Metropolitanas encontra-se inscrito no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro, aí se prevendo que:-----
  - i) São órgãos da área metropolitana o conselho metropolitano, a comissão executiva metropolitana e o conselho estratégico para o desenvolvimento metropolitano (artigo 68.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro);-----
  - ii) O conselho metropolitano é o órgão deliberativo da área metropolitana (artigo 69.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);-----
  - iii) O conselho metropolitano é constituído pelos presidentes das câmaras municipais que integram a área metropolitana (artigo 69.º, n.º 2 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);-----
  - iv) A comissão executiva metropolitana é o órgão executivo da área metropolitana (artigo 73.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

v) A eleição da comissão executiva metropolitana compete às assembleias municipais, sob proposta do conselho metropolitano (artigo 74.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);-----

7. Se pode assim concluir pela inconstitucionalidade dos artigos 68.º e 69.º, n.º 2, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por violação do artigo 239.º, n.º 1 e n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, na medida em que o órgão deliberativo desta autarquia local (ou se se preferir “outra forma de organização autárquica”, conforme o artigo 236.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa), não é eleito por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos recenseados na área da respetiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional.-----

8. Igualmente o artigo 74.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro viola o artigo 239.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa, ao não prever que seja designado, como presidente do órgão executivo, o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, não se impondo aqui, pelo menos, a eleição direta do presidente do órgão executivo.-----

9. Aliás, semelhante questão se levantou ao Senhor Presidente da República, quanto às Comunidades Intermunicipais, em sede de requerimento de fiscalização preventiva de normas contidas nos Decretos n.º 132/XII e n.º 136/XII: “Para além disso, se as comunidades intermunicipais forem consideradas autarquias locais atípicas, então as regras relativas à composição e estatuto do seu órgão deliberativo não obedeceriam ao princípio da representação democrática direta estabelecido no artigo 239.º, ns.º 1 e 2, da Lei Fundamental.”. O Tribunal Constitucional não conheceria desta matéria por haver declarado a inconstitucionalidade por razões prévias (cfr. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 296/2013).-----

10. As atribuições das áreas metropolitanas, bem como as competências dos seus órgãos, pela sua centralidade e vastidão exigem um maior controlo democrático da atuação dos seus órgãos, pelo que para além da exigência constitucional, relevam também motivos de ordem política para ditar a conveniência da eleição direta do órgão deliberativo das áreas metropolitanas.-----

11. O sistema de governo das áreas metropolitanas, para além de inconstitucional, é confuso e opaco, impondo-se não apenas uma solução conforme à Constituição, mas sobretudo uma solução democrática.-----

12. No passado dia 16 de Janeiro, a lista única candidata à Comissão Executiva Metropolitana, apresentada pelo Conselho Metropolitano, foi rejeitada na maioria das Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, obrigando à repetição do ato eletivo.-----

13. De facto, na eleição da Comissão Executiva Metropolitana, os membros das Assembleias Municipais não têm possibilidade de escolha entre alternativas, porque a lista a votação é obrigatoriamente única, por força da própria Lei, como resultado de apenas o Conselho



Assembleia Municipal de Odivelas

*Metropolitano, constituído pelos presidentes de Câmara, ter a prerrogativa exclusiva de apresentação de lista de candidatura.-----*

*14. Os deputados/as municipais elegem um órgão em que não participam, com o qual nunca terão qualquer ligação direta e sobre o qual nunca poderão exercer qualquer escrutínio sério e efetivo da sua atuação, desde logo porque as suas reuniões não são públicas, mas também porque os deputados/as municipais não dispõem de qualquer mecanismo de acompanhamento e de fiscalização da Comissão Executiva Metropolitana ou de qualquer outro órgão da Área Metropolitana.-----*

*15. É inaceitável que, por falta de qualidade legislativa ou por falta de respeito pelas Assembleias Municipais, o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 refira que compete ainda à Assembleia Municipal convocar o “secretariado executivo metropolitano”, quando tal órgão nem sequer existe nas Áreas Metropolitanas.-----*

*16. A Área Metropolitana, adquirindo responsabilidades importantes, como a participação na gestão dos fundos do QREN, não devia exercer tais competências afastada das populações e dos órgãos autárquicos representativos.-----*

*17. A rejeição da lista única para a Comissão Executiva Metropolitana, logo na sua primeira eleição, apesar de ter sido composta por uma coligação aparentemente maioritária segundo os critérios da Lei 75/2013, não pode deixar de suscitar a fragilidade do modelo e a sua desconformidade democrática, quando exclui a participação efetiva das Assembleias Municipais, blinda os seus órgãos face a qualquer escrutínio exterior e se afasta, indesejavelmente, dos cidadãos metropolitanos, não considerando, nomeadamente, o preceito constitucional da eleição direta do órgão correspondente à assembleia deliberativa.-----*

*Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenária a 10 de abril de 2014 delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:-----*

*I – Solicitar a Suas Excelências o Senhor Presidente da República, a Senhora Presidente da Assembleia da República, o Senhor Primeiro-Ministro, o Senhor Provedor de Justiça e o Senhor Procurador-Geral da República que suscitem junto do Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da constitucionalidade:-----*

*i) Dos artigos 68.º e 69.º, n.º 2, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por violação do artigo 239.º, n.º 1 e n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, na medida em que o órgão deliberativo desta autarquia local (ou se se preferir “outra forma de organização autárquica”, conforme o artigo 236.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa), não é eleito por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos recenseados na área da respetiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional;-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

ii) *Do artigo 74.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por violação o artigo 239.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa, ao não prever que seja designado, como presidente do órgão executivo, o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, não se impondo aqui, pelo menos, a eleição direta do presidente do órgão executivo.*-----

*II – Expressar que as Áreas Metropolitanas devem ser dotadas de órgãos com legitimidade eleitoral resultante de sufrágio direto, devendo o respectivo regime jurídico ser alterado em conformidade.*-----

*III – Remeter a presente Moção ao Presidente da República, à Senhora Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Provedor de Justiça e o Senhor Procurador-Geral da República e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.”*-----

-----  
-----  
Pelo Sr Presidente da Assembleia, foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado tendo sido **Aprovado por Unanimidade.** -----

-----  
Luis Salmonete, pela bancada do PSD; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
“Este ponto foi agendado a pedido do BE e como tal compete ao BE conduzir e orientar este debate ou discussão, no entanto a título pessoal tenho a dizer o seguinte: -----

Em primeiro lugar já manifestei nesta assembleia o meu desagrado relativamente à forma como foi desenhado o modelo de funcionamento que consta na Lei 75/2013 relativo às das Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais. -----

O meu desagrado prende-se essencialmente com a extinção da Junta Metropolitana e das Assembleias Metropolitanas. -----

No que diz respeito à Junta Metropolitana ela é substituída por um órgão, o Conselho Metropolitano composto pelos presidentes de câmara da AML, que desempenha agora a mesma função que desempenhava a Assembleia Metropolitana e que irá reunir pelo menos uma vez por mês. -----

A Assembleia Metropolitana agora extinta reunia ordinariamente três vezes por ano. -----

Na lei atual, ao mesmo tempo que se extinguem as Assembleias Metropolitanas criam-se as Assembleias Intermunicipais. -----

Ou seja, extinguem-se as Assembleias das duas únicas áreas metropolitanas, Lisboa e Porto, que representam (ainda que indiretamente) cerca de 4 milhões de habitantes e criam-se assembleias para as comunidades intermunicipais, algumas representando pouco mais de 200.000 habitantes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto foram criadas em 1992 por um governo do PSD liderado pelo professor Cavaco Silva e mantiveram-se até setembro de 2013. -----*

*Vários governos do PS e do PSD mantiveram as assembleias metropolitanas como embrião daquilo que deveria ser o início de uma verdadeira regionalização, mas infelizmente não se avançou. -----*

*Estive numa reunião, eu e mais alguns companheiros, membros da AML na Assembleia da República com vários deputados da bancada do PSD, a pedido destes, onde se criou um esboço, ainda que tosco daquilo que deveriam ser as Áreas Metropolitanas. -----*

*Eleição direta, competências próprias já existentes e a transferir vindas de vários organismos e entidades já existentes, nomeadamente CCDRs e Direções Regionais, mas também encarar novas responsabilidades em áreas como o Ambiente, Educação, Proteção Civil, etc. -----*

*E o modelo de financiamento. Parte do Orçamento de Estado que transferia as competências e o respetivo envelope financeiro relativo às áreas que fossem integradas nas áreas metropolitanas e outras formas de financiamento que não vale a pena dissecar neste momento, até porque não é isso que está em discussão. -----*

*Também não está em discussão a regionalização até porque os dois maiores partidos meteram a regionalização na gaveta. -----*

*Mas confesso que não entendo porque não teve início este debate, primeiro sobre um eventual desenho das regiões que fosse consensual a todos os partidos, em seguida avançar-se para a transferência gradual de todas as direções regionais e competências que pertenciam aos governos civis e outras entidades e quando houvesse oportunidade avançar-se para uma eleição direta. -----*

*É evidente que esta iniciativa deveria ser consensual entre todos os partidos, especialmente os partidos que detêm o maior número de câmaras. -----*

*Mas são provavelmente esses que não estão interessados porque inevitavelmente isso iria retirar competências às câmaras municipais. Isto é uma forma muito ligeira e superficial de colocar as questões, mas não tenho tempo para mais. -----*

*Ou seja estamos num beco sem saída no que respeita à regionalização. De vez em quando falamos sobre este tema, mas não se avança. -----*

*Por outro lado temos a Lei 75/2013 que acaba com as Assembleias das Áreas Metropolitanas e cria assembleias nas comunidades intermunicipais fracionando e retalhando ainda mais o mapa das eventuais regiões a criar. -----*

*A eleição do passado dia 16 de janeiro, mais não foi do que uma manifestação de desagrado da maioria dos autarcas que foram chamados a votar. -----*

*O futuro? Costumo dizer que o futuro está escrito nas estrelas. -----*

*E neste momento a estrela que mais brilha é António Costa e portanto tudo aquilo que irá acontecer depende muito daquilo que António Costa quiser. -----*

*Para já teve um desaire, mas o processo ainda não acabou. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

*Pode chegar a acordo com a CDU. É uma das hipóteses em cima da mesa. -----*  
*Para tal basta que entregue à CDU a presidência da Comissão Executiva e isso vai permitir um acordo que também serve a António Costa numa eventual corrida a Belém. -----*  
*Há um outro pormenor que tem a ver com a queixa em tribunal interposta pela CDU que António Costa gostaria que fosse retirada, mas que a CDU ainda não se mostrou disponível. -----*  
*Hoje mesmo foi marcada uma reunião do Conselho Metropolitano que teve início às 12 horas para tentar resolver este impasse e para marcar o dia e hora da eleição para o Conselho Executivo. -----*  
*Vamos esperar um pouco mais para saber o que vai acontecer." -----*

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"O Sr Deputado Luis Salmonete fez uma radiografia bastante precisa até porque tem mais experiencia do que nessa matéria, até tanto quanto sei acompanhou a Assembleia Metropolitana de Lisboa nos últimos anos.-----*

*Creio que discutir aqui a situação da comissão executiva e da arquitetura da região de Lisboa, significa discutir primeiro a arquitetura, ou seja, como é que nos organizamos e discutir também o acordo político que está por trás desta votação e do seu resultado.-----*

*O Luis Salmonete disse-o, e eu vou repetir só a título informativo, a lista apresentada pelo Antonio Costa, que era uma lista de acordo do PSD, e independentes, mas que excluía a CDU, foi chumbada por um dos critérios.-----*

*Eu creio que se deve dizer, que ela foi chumbada precisamente na Assembleia de Vila Franca Xira, onde o PS tem maioria, e cuja a candidata é cabeça de lista apresentada pelo Antonio Costa nesse acordo era ex presidente da Camara Municipal de Vila Franca de Xira, isto faz parte da reflexão de cada partido, e nisso não nos metemos.-----*

*O que eu creio que lei feita por Miguel Relvas, e aprovada pelas bancadas da maioria, pela coligação da direita na Assembleia Republica, veio trazer uma coisa absolutamente inconcebível na construção da economia local, que por exemplo as intermunicipais têm direito a ter uma assembleia democraticamente eleita mas áreas metropolitanas não têm direito a tê-lo. Retira da competência democrática dos eleitos nas assembleias municipais a responsabilidade de decidir sobre o seu território. Creio que isto é lamentável do ponto de vista da construção do território.-----*

*Foi dito pelo próprio Antonio Costa o que está em causa é gerir as verbas do QREN, ou seja, é saber se verbas vão para a margem sul, onde CDU tem maioria ou saber se as verbas do QREN vão para margem norte, onde o PS tem a maioria. Ainda que a maioria seja geometria variável dependendo das assembleias municipais, independentemente do PS estar no poder ou não nessas assembleias municipais.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Portanto nós não entramos nessa discussão, e o documento que apresentamos a votação também na entra nessa discussão, o que nós queremos em primeiro lugar um acordo político que seja capaz de responder aquilo que a emergência no distrito, ou seja, que seja capaz de canalizar as verbas do QREN para onde eles são necessários e fundamentais, e que por outro, aquilo que Sr deputado Luis Salmonete referiu que creio que seja o centro da discussão, que é a questão da democracia local e a regionalização.-----*

*Sabemos a história que a regionalização tem neste país, o PS apresentou e retirou, a seguir o PSD falou disso, a maioria não se entendeu, o PS e o PSD diziam que avançavam, retiraram. Portanto é uma história de "zig zag" na história da regionalização.-----*

*A regionalização não traz muito mais competências, o Sr deputado Luis Salmonete sabe bem que as propostas estavam em cima da mesa, não trazem muito mais competências do que aquelas que são neste momento do âmbito da CCDR, e que eram das assembleias e juntas metropolitanas.-----*

*Aquilo que ela traz é possibilidade dos cidadãos decidirem sobre aquilo que é o seu dinheiro, a escolha política do que é o seu dinheiro e o seu território.-----*

*Portanto apelamos aprovação deste documento, em primeiro lugar como exigência dessa transparência e dessa escolha política, e em segundo lugar como protesto desta assembleia, creio que é consensual pelas intervenções que ouvimos aqui, e por aquelas que não ouvimos, mas creio que não haverá daí grande oposição aquilo que é uma arquitetura que exclui as pessoas da participação naquilo que é a vida delas." ---*

**Luis Salmonete, pela bancada do PSD;** -----

**Lúcia Lemos, pela bancada da CDU,** apresentou um pedido de esclarecimento, que seguidamente se transcreve: -----

*"Gostava só de clarificar o que vamos votar, é a moção do BE? E a moção é no sentido que seja criado mais um órgão autárquico, no fundo, é isso?."-----*

**Pelas 18h08m** os trabalhos foram interrompidos. -----

**Pelas 18h25m,** os trabalhos foram retomados. -----

**Lúcia Lemos, pela bancada da CDU;** apresentou um ponto de ordem que seguidamente se transcreve:-----

*"Ainda que me parece que este ponto vai levantar debate intenso, não sei se não teremos que o suspender, é facto sobre a vida dos municípios e das áreas metropolitanas são um ponto importante, e acho que avançarmos na discussão, vamos estar aqui duas horas, vamos ultrapassar regimentalmente o tempo da assembleia, e não devemos fechar este ponto a correr, porque é um ponto importante.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

*Em relação à questão da lei, obviamente que nós estamos contra esta lei. Uma lei Relvas muito bem aproveitada para compor as metropolitanas. A questão que nós levantávamos ao BE para reformular eventualmente a proposta. Do nosso ponto vista há aqui duas questões: designar órgãos deliberativos autarquias locais, isto no ponto 1, alínea I). Ora nem os órgãos municipais e as áreas metropolitanas são autarquias locais estão tipificadas na Constituição, são as freguesias e os municípios. Portanto não podemos dizer que se trata de uma autarquia local.*-----

*Não podíamos pedir a inconstitucionalidade de uma norma quando ela nem está na Constituição, portanto tínhamos que reformular isto.*-----

*A outra questão é prever a eleição por sufrágio direto e universal destes órgãos das áreas metropolitanas também os atos sufrágio direto e universal estão previstos na Constituição, uma vez mais iríamos querer fazer uma declaração de inconstitucionalidade que não neste momento confrontáveis. No fundo era ver se o BE reformulava isto.*-----

*Que estamos todos contra o formato atual, estamos.*-----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Eu creio que se refere aqui ao ponto 2, em que se diz “...expressar que as áreas metropolitanas devem ser dotadas de órgãos com legitimidade eleitoral resultante de sufrágio direto...”. Há duas considerações a fazer aqui, a primeira é de natureza política, ou seja, é a recusa de que os deputados municipais, cada um de nós, contribua para eleição de órgãos que não pode fiscalizar, ou seja, nós elegemos uma comissão política metropolitana, órgãos de gestão área metropolitana, que depois somos impedidos de fiscalizar.*-----

*A segunda questão é de natureza jurídica, que a Deputada Lúcia Lemos colocou, que o acórdão do tribunal Constitucional nº96/2013, concluiu que as áreas metropolitanas são autarquias locais, essa foi aliás a posição que a assembleia municipal da Amadora, por exemplo, assumiu por unanimidade.*-----

*Não temos sobre isto qualquer tipo dogma nem posição fechada, aceitamos por parte da bancada CDU alterações de modo a ser aprovado.”*-----

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**; -----

**Pelo Sr Presidente da Assembleia** foi colocado à consideração do plenário a suspensão da discussão o **Ponto 7**, da presente Ordem de Trabalhos, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**; apresentou um ponto de ordem que seguidamente se transcreve:-----





Assembleia Municipal de Odivelas

*"Para dizer que em nome do BE nós estamos em condições do votar, mal seria senão estivéssemos, mas que aceitamos bem os argumentos do PS e CDU, relativamente às dúvidas que levantam.-----  
Aquilo que propúnhamos é o adiamento deste ponto para sessão assembleia municipal, e que fosse o primeiro ponto da respetiva ordem de trabalhos."-----*

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**; -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi colocado à consideração do plenário a retirada do **Ponto 8**, da presente Ordem de Trabalhos, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O **Sr Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registou **uma** inscrição. -----

O Senhor **Celino Neves**, tendo feito referência a questões relacionadas com os transportes públicos de Odivelas para o Hospital Beatriz Ângelo -----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 18h49m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Sr Presidente -----

O 1º Secretário -----

O 2º Secretário -----